

HABEAS CORPUS Nº 547.592 - ES (2019/0352158-8)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : WANDERSON OMAR SIMON
ADVOGADO : WANDERSON OMAR SIMON - ES018630
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : RICARDO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de RICARDO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo no julgamento da Apelação n.º 0008718-60.2011.8.08.0047.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado à pena de 16 (dezesesseis) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.700 (mil e setecentos) dias-multa, como incurso nos arts. 33, *caput*, e 35, c.c. o art. 40, inciso V, todos da Lei n.º 11.343/2006.

Irresignada, a Defesa do Acusado interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento (fls. 767-779).

Neste *writ*, sustenta o Impetrante que "[o] prejuízo causado a defesa resta evidenciado, na medida em que, por não ter sido ele conduzido à audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 20/11/2012, não tomou conhecimento das declarações prestadas pelas testemunhas de acusação em seu desfavor, impedido, assim, de contraditá-las durante o seu interrogatório" (fl. 11).

Aduz que "o advogado dativo nomeado na Audiência de Instrução e Julgamento do dia 20/11/2012, Dr. Erasmino de Souza Moreno, não foi intimado pessoalmente do dia e horário do interrogatório do réu, realizado perante o juízo deprecado, comprometendo o exercício da ampla defesa" (fl. 12).

Alega ausência de fundamentação idônea para a exasperação das penas-bases dos delitos de tráfico de drogas e de associação para o tráfico.

Requer, liminarmente e no mérito, "o reconhecimento da nulidade processual de natureza absoluta a partir da Audiência de Instrução e Julgamento do

Superior Tribunal de Justiça

dia 20/11/2012 (fls. 301/310); ou, subsidiariamente, o redimensionamento das penas atribuídas aos crimes do art. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, para o mínimo legal, ante os equívocos apontados no ato da dosimetria das penas em relação à culpabilidade e às circunstâncias do crime, tudo nos termos da jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça" (fl. 26).

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Observa-se, em juízo sumário, que as supostas nulidades processuais não foram apreciadas pela Corte estadual, de modo que não pode ser conhecida originariamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

No mais, em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois o Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria na situação prisional do Réu de forma a ampará-lo **imediatamente**, pois o eventual acolhimento do pedido, *prima facie*, não a alteraria, **notadamente diante da reincidência do Acusado, bem como do quantum de pena imposta.**

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Por estarem os autos devidamente instruídos, dispensei as informações do Órgão Jurisdicional Impetrado.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora